

Do Ceticismo de Bandung à Cooperação da PEI – as Primeiras Relações do Brasil com o Terceiro Mundo

*Fernando Hoppe
João Vitor Miranda de Souza da Silva
Matheus Ibelli Bianco¹*

Resumo: A Conferência de Bandung foi a precursora na coordenação dos esforços dos países menos desenvolvidos na construção de uma agenda conjunta para o crescimento econômico e cooperação político-cultural. Nesta pesquisa será realizada uma análise da percepção da diplomacia brasileira frente à Conferência de Bandung, ocorrida em 1955. Propõe-se aqui que o impacto do Terceiro-Mundismo, que tomou destaque a partir da Conferência Ásio-Africana, contribuiu para uma mudança de percepção estratégica da diplomacia brasileira, que até então possuía traços americanistas no contexto pós II Guerra Mundial. Deste modo, pretende-se neste trabalho reavaliar a importância da Conferência Ásio-Africana no que tange sua influência no modo de pensar da política externa brasileira.

Palavras-Chave: Bandung, Política Externa Brasileira, Terceiro-Mundo, Luso-Tropicalismo

¹ Graduandos do curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1 Introdução

A Conferência de Bandung, ocorrida em 1955, foi a precursora na coordenação dos países menos desenvolvidos, recém-descolonizados ou em processo de, em desenvolver uma agenda comum a partir de uma perspectiva de não-alinhamento e desenvolvimento econômico. Realizada na Ilha de Java, contando com vinte e nove países do chamado Terceiro Mundo - 6 africanos e 23 asiáticos - a conferência compreendeu discussões sobre a cooperação econômica e cultural, a dependência dos povos, os direitos humanos, a autodeterminação e a paz mundial (MENEZES, 1956). Acima de tudo, foi uma condenação ao colonialismo em todas as suas manifestações, ou seja, colocava-se como neutra em relação aos dois blocos que disputavam o poder à época. O terceiro-mundismo como discurso político, econômico e social, enfim, passou a ganhar articulação global, culminando na formação do Movimento dos Não-Alinhados, em 1961, na Conferência de Belgrado.

A posição do Itamaraty quanto a esses acontecimentos foi, inicialmente, de forte ceticismo e desconfiança. De fato, o Brasil não participou das conferências, limitando-se ao envio de observadores, em continuidade com a política americana desenvolvida no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Entretanto, principalmente a partir de 1961, as posições da Política Externa Brasileira (PEB) passaram a se aproximar das propostas elaboradas pelos países do Terceiro Mundo, no que tange ao desenvolvimento econômico, a descolonização e ao desarmamento.

O trabalho aqui desenvolvido pretende explorar o processo de gradativa aproximação da PEB com as ideias delineadas na Conferência de Bandung em fins dos anos 50, ou seja, com o início do que se convencionou chamar de Política Externa Independente (PEI). Utilizaremos, entretanto, uma análise pouco usual desse processo, focando sobretudo nos impactos e influências diretas que a própria Conferência Ásio-Africana causou sobre a diplomacia brasileira, a qual, conseqüentemente, acelerou a transição de uma PEB americanista para a PEI. Para isso, demonstraremos os antagonismos existentes dentro da diplomacia brasileira acerca dos princípios e propósitos do movimento, destacando importantes ideias que prenunciaram as mudanças provocadas para a Política Externa Independente. Partindo-se do pressuposto de que o impacto do discurso terceiro-mundista e neutralista inaugurado em Bandung, aliado com outros fatores domésticos e externos,

contribuiu para uma mudança de percepção estratégica da diplomacia brasileira, buscou-se descobrir como esses determinantes externos exerceram influência na PEB e contribuíram para a gradativa aproximação brasileira à essas propostas durante o período da PEI. Para tanto, pretende-se também construir um panorama sobre a conjuntura doméstica e internacional no período para melhor avaliar esse impacto.

Defendemos que a construção de um pensamento terceiro-mundista no Brasil iniciou-se a partir da Conferência de Bandung. Em tal momento, o Estado Brasileiro enviou o embaixador Adolpho Bezerra de Menezes como observador ao evento, no qual produziram-se ideias que mais tarde seriam os pilares de nossa Política Externa Independente (PEI). A metodologia utilizada baseia-se na pesquisa bibliográfica a partir de fontes primárias, como relatórios oficiais recebidos pelo Itamaraty, bem como fontes secundárias. No sentido de que há muita pouca produção acadêmica a respeito de uma perspectiva brasileira sobre a Conferência de Bandung, de muito se valeu a contribuição da dissertação de mestrado de Arlindo José Reis de Souza (2011) para este trabalho. Serão utilizados também matérias de jornais nacionais de época, pretendendo-se, a partir deles, entender as perspectivas da diplomacia e dos meios da mídia do Brasil sobre os eventos de Bandung. Dessa forma, será avaliado o impacto que a Conferência possuiu na construção do que viria a se tornar a Política Externa Independente anos mais tarde.

Nesse sentido, é necessário ter em conta os determinantes e condicionantes que atuam na formação de uma política externa. Para tanto, a análise da política externa de um país deve considerar tanto elementos domésticos quanto externos. A perspectiva liberal das Relações Internacionais, por exemplo, advoga que pela via doméstica o comportamento internacional de um país é construído e condicionado por inúmeros determinantes como a interação do governo com sua base parlamentar, com as diferentes classes sociais e com a própria estrutura administrativa estatal. Outros condicionantes dizem respeito à própria natureza das instituições do país, às interações entre os diferentes órgãos que formam o governo e o Estado e às próprias disputas pessoais no meio político pela execução do seu ideário político (FIGUEIRA, 2011; NETO, 2012). O trabalho aqui apresentado, pretende, por outro lado, focar e explorar a influência dos elementos externos, com destaque para a Conferência de Bandung, na perspectiva da diplomacia brasileira. Segundo

Neto (2012, p.24), “ a política externa de um país é determinada por preferências domésticas e ‘estrangeiras’”. Da frase se denota o fato de que países não existem de forma insulada e que suas decisões internacionais são condicionadas e influenciadas pelas decisões tomadas pelos demais atores e eventos internacionais. É neste sentido que defende-se neste trabalho que os eventos ocorridos em Bandung exerceram influência sobre as perspectivas da diplomacia brasileira acerca dos posicionamentos terceiro-mundistas, que, como já manifestado, é uma relação pouco explorada pela bibliografia sobre a transição da Política Externa Brasileira americanista para a PEI.

O trabalho inicia-se com uma contextualização sobre a conjuntura interna e internacional, de modo a situar o leitor no período histórico estudado e fornecer mais detalhes sobre os importantes eventos ocorridos naquela época. A seguir, pretende-se, justamente, explorar a percepção brasileira acerca das Conferências bem como os impactos na formação da PEI. Por fim, buscaremos concluir o trabalho, buscando sintetizar a pesquisa e responder a grande questão levantada, a saber, a influência da Conferência de Bandung na mudança da perspectiva da diplomacia brasileira acerca de sua própria inserção no meio internacional.

2 A Instabilidade Brasileira e a Reacomodação do Sistema Internacional: o Contexto de Bandung

A década de 1950 foi um período bastante instável na política brasileira. A crise econômica que assolava o país nessa época gerou grande descontentamento de alguns setores sociais do Brasil; no âmbito externo, ocorria a grande disputa de cunho ideológico entre esquerda-direita, quando a Guerra Fria tomava maiores proporções. É neste contexto em que o Presidente Getúlio Vargas (1951-54) enfrentou uma forte crise política durante seu mandato, uma vez que a oposição ao seu governo era incessante, e o desfecho trágico seria o suicídio do governante, em agosto de 1954. Seu vice Café Filho assumiu o poder, onde permaneceu até novembro de 1955 (CERVO; BUENO, 2002).

Tal período de transição demonstrou-se bastante conturbado, tornando o ambiente doméstico brasileiro extremamente tenso. Dessa forma, coube ao então presidente Café Filho controlar a situação interna, já que essa fase não favoreceu o Brasil no sentido de garantir uma maior projeção mundial, prejudicando a política

externa e a obtenção de uma agenda própria para o assunto (LEME, 2011). Já em outubro de 1955, com forte pressão contra as suas candidaturas, Juscelino Kubitschek e João Goulart alcançaram a presidência e vice-presidência, tomando posse em 31 de janeiro de 1956. Tal vitória significou a superação da articulação realizada pela União Democrática Nacional contra a posse dos supracitados candidatos eleitos, o que ficou conhecido como o Movimento de 11 de Novembro (LAMARÃO, 2019).

Os anos 1950 também foram marcados pelo estreitamento das relações Brasil-Portugal. Sobre os motivos que acabaram aproximando os dois países lusófonos, Williams Gonçalves (2010) afirma:

Desde que a independência do Brasil foi proclamada, nunca os dois países marcharam tão juntos como nesses anos. O ápice do entrosamento diplomático deu-se no período governativo do presidente da República Juscelino Kubitschek (1956-1961), que, ao estabelecer amizade pessoal com o presidente do Conselho de Ministros António de Oliveira Salazar, estreitou ainda mais as relações com Portugal. Diversos fatores contribuíram para que isso acontecesse. Entre os mais importantes destacamos: a expressiva presença de imigrantes portugueses no Brasil; a estratégia do Estado português para conservar o Império Ultramarino; e, a posição periférica do Brasil na estrutura do sistema internacional (GONÇALVES, 2010, p. 99).

A estratégia portuguesa em sua aproximação com o Brasil foi baseada no chamado luso-tropicalismo. Tal conceito, elaborado por Gilberto Freyre em sua obra *Casa Grande e Senzala* (1933), refere-se a Portugal e ao seu tratamento com as colônias. De acordo com esse autor, os portugueses foram os colonizadores europeus com a maior capacidade de adaptar-se à cultura dos colonizados, sendo capazes, assim, de ter uma relação mais harmoniosa com os mesmos. Utilizando-se do conceito de Freyre, o Estado Português, sob comando de António de Oliveira Salazar (1932-68), passou a incorporá-lo, entre as décadas de 1930 e 1950, como justificativa para manter os seus territórios ultramarinos e legitimar o regime salazarista. Nesse sentido, o Brasil também possuía um grande significado na política portuguesa, já que Portugal utilizava o exemplo brasileiro para afirmar que suas colônias poderiam se transformar em nações “modernas e industrializadas”, assim como o Brasil, e também poderiam ser compostas por uma sociedade plurirracial, onde o colonizador desconhecia a cor da pele ou interesses econômicos (LEME, 2011). De tal forma, Portugal buscava transmitir a ideia de um Estado colonizador

benevolente, que enxergava seus colonizados como iguais a seus próprios cidadãos e oferecia-lhes a oportunidade de desenvolvimento .

Ainda no contexto interno, visualizava-se que a diplomacia brasileira adotava cada vez mais o que se convencionou chamar de “diplomacia do desenvolvimento”. Tal diplomacia, entretanto, possuiu críticos internos e externos (CERVO; BUENO, 2002). Quanto ao âmbito nacional, este ocasionou a formação de dois complexos grupos políticos, que diferiram quanto ao caráter da política externa adotada. Havia, por um lado, o setor liberal, que defendia os interesses do capital privado e estrangeiro, tendo como representante máximo a UDN; por outro lado, havia o setor nacional desenvolvimentista, que herdou as características anteriores do governo Vargas. Já no âmbito externo, o principal ator que se figurava contra a diplomacia do desenvolvimento eram os Estados Unidos, que, a partir da Segunda Guerra Mundial se consolidou como o principal parceiro econômico do Brasil (SOUZA, 2011). Desse modo, torna-se importante frisar que foram as disputas entre esses atores que pautaram os rumos da diplomacia brasileira a respeito da Conferência de Bandung e das conotações políticas dentro do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, bem como suas ligações ideológicas. Nesse sentido, visualiza-se que, após o suicídio de Vargas e a ascensão de Café Filho, seria Raul Fernandes, político da UDN, quem assumiria a chefia do Ministério das Relações Internacionais, fato que impactaria no posicionamento oficial do Brasil frente à Conferência Ásio-Africana - no que tange especialmente ao Luso-Tropicanismo (CERVO; BUENO, 2002).

Já no âmbito externo, o cenário pós Segunda Guerra Mundial mostrava uma nova configuração do sistema internacional, com duas potências – Estados Unidos e União Soviética – e dois sistemas antagônicos, capitalismo e socialismo, lutando pela hegemonia mundial. Esse confronto ideológico intensificou-se ao longo dos anos que sucederam a guerra, acentuando a bipolaridade da ordem mundial (GUIMARÃES, 2013).

Como afirmam Pereira e Medeiros (2015), o período posterior a guerra caracterizou-se pela busca da União Soviética e dos Estados Unidos em expandir suas zonas de influência. Os estadunidenses auxiliaram as reconstruções da Europa e do Japão, devastados pelo conflito mundial, colocando essas regiões sob sua

influência (PEREIRA; MEDEIROS, 2015), enquanto os Soviéticos apoiaram os países da Europa Oriental, mantendo essa região sob seu predomínio.

Neste sentido, a Segunda Guerra Mundial causou grande destruição e enfraquecimento das potências europeias, as quais ainda possuíam diversas colônias na África e na Ásia. Tais colônias tornaram-se cada vez mais custosas e problemáticas para os países europeus devido aos problemas internos advindos da guerra global. Além disso, movimentos nacionalistas passaram a ganhar apoio em sua busca da independência de suas metrópoles, fato que interessava tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética, visto que estes buscavam ampliar suas respectivas zonas de influência. Assim, os movimentos de libertação nacional começaram a ter êxito, primeiramente na Ásia e posteriormente na África (PEREIRA; MEDEIROS, 2015).

Assim, as emancipações ocorridas nesse período originaram novos países que visavam integrar o sistema internacional, naquele momento ainda caracterizado pela bipolaridade e pela marginalização dos países periféricos. Esses países, então, passaram a se articular de forma conjunta para contestar a dominação imposta pelas potências mundiais, encorajando a descolonização, a neutralidade em relação aos dois blocos e o reforço da soberania nacional. Assim, as bases para a Conferência de Bandung estavam formadas.

2.1 A Conferência de Bandung

A primeira reunião dos países que posteriormente seriam chamados de “terceiro-mundistas” foi realizada em abril de 1955, em Bandung, na Indonésia. Essa conferência reuniu um grupo de 29 países afro-asiáticos que buscavam reforçar a sua soberania e sua identidade como nação, além de procurar uma alternativa à bipolaridade vigente na época, em plena Guerra Fria. Apesar das várias diferenças entre os próprios países participantes da Conferência de Bandung, todos eles possuíam o objetivo comum de se estabelecer no sistema internacional (DREHER, 2015).

A Conferência de Bandung ocorreu entre os dias 18 e 24 de abril, e foi organizada por 5 países – Índia, Indonésia, Ceilão, Birmânia e Paquistão – contando com apenas seis nações africanas, já que muitos países desse continente ainda não haviam obtido a independência de suas respectivas metrópoles. Além dos países organizadores, participaram da reunião: Afeganistão, Arábia Saudita, Camboja,

República Popular da China, Costa do Ouro (atual Gana), Egito, Etiópia, Filipinas, Iêmen, Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Líbia, Libéria, Nepal, Síria, Sudão, República Democrática do Vietnã, Vietnã do Sul, Tailândia e Turquia. Esse grupo de países possuía cerca de 1,350 bilhões de habitantes, cerca de 49% da população mundial da época (DREHER, 2015).

Os integrantes da conferência mostraram um novo conflito mundial, não baseado em Leste-Oeste - como era a realidade da Guerra Fria - mas sim em um conflito Norte-Sul, entre os países industrializados e desenvolvidos em oposição aos países periféricos subdesenvolvidos. Inicialmente, foram incorporados ao objetivo da conferência algumas noções, como o direito de autodeterminação e respeito às soberanias nacionais - sendo estes princípios fundamentais aos povos do Sul (CURADO, 2014). Posteriormente, foi realizada na Conferência uma declaração de dez pontos, baseados na Carta da Nações Unidas. Entre eles: respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações, não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outros países (autodeterminação dos povos) e reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas.

A declaração foi de fato a única realização da Conferência, evidenciando o Terceiro Mundo dentro do sistema internacional e resultando na formação do Movimento dos Não-Alinhados, em 1961. A descolonização, uma das principais bandeiras do movimento, continuou se estendendo principalmente para África, onde se presenciou uma grande onda de emancipações ao longo dos anos 1960. Bandung deixou um importante legado histórico para os países periféricos, pois permitiu a estes uma maior participação em fóruns internacionais, estabelecendo, assim, uma nova agenda mundial em torno dos interesses e demandas desses países (DREHER, 2015).

3 Perspectivas Brasileiras Acerca da Conferência de Bandung: Impactos e Influências para a Construção de Uma Nova Agenda no MRE

A presente sessão irá realizar uma análise da participação brasileira na Conferência de Bandung (1955), momento fundador do conceito do Terceiro Mundo. Será focalizada a percepção da diplomacia brasileira em relação ao movimento,

tentando apontar a influência, caso existente, da conferência na formulação da Política Externa Independente (PEI).

De tal modo, para compreender a percepção brasileira que circundava o contexto da Conferência de Bandung, é preciso ter claro as relações do Brasil com Estados Unidos e Portugal, contexto já descrito na seção anterior. Do mesmo modo, precisa-se ter em mente o conceito de luso-tropicalismo no ideário nacional, que é importante para compreender os comportamentos e os discursos dos diplomatas brasileiros acerca da Conferência de Bandung. Ressaltamos aqui também, que não encontramos nenhuma bibliografia consolidada que trate especificamente sobre as relações brasileiras entre Brasil e a Conferência de Bandung, muito menos sobre as possíveis relações diretas da participação brasileira na conferência com a formulação da PEI. Desse modo, essa sessão será amparada no livro de Bezerra de Menezes, intitulado “O Brasil e o mundo Ásio-Africano” (1956), escrito pelo embaixador alguns anos depois de ter participado como observador da Conferência de Bandung. Também nos apoiaremos na dissertação de mestrado de Arlindo José Reis de Souza, a saber, “O Orientalismo no Lusotrópico americano: perspectivas brasileiras sobre a Conferência de Bandung”.

3.1 A Conferência de Bandung sob a perspectiva brasileira

De modo geral, a análise dos discursos e comentários do corpo diplomático nacional, bem como dos jornais que circulavam à época, levam à conclusão de que Conferência de Bandung foi tratada no Brasil com grande ceticismo e distanciamento. Por exemplo, o Jornal do Brasil trazia à época comentários como “Essa conferência poderia se denominar Assembleia sem expressão e de resultados duvidosos [...]” (JORDAN, 1955) e “Reúne-se na Indonésia a Conferência Afro-Asiática. Todos os seus participantes serão orientais, imbuídos do verdadeiro ódio contra a dominação branca” (JORDAN, 1955). Da mesma forma, tal visão também era predominante no corpo diplomático brasileiro. Observamos, por exemplo, um ofício do embaixador brasileiro em Jacarta à época, Oswaldo Trigueiro, que meses mais tarde estaria presente nas sessões inaugurais da Conferência de Bandung:

Os propósitos da Conferência a reunir-se em Bandung são tão amplos quanto imprecisos, abrangendo desde a promoção da boa vontade e da cooperação entre as nações da Ásia e da África até à apreciação de todos os problemas

sociais, culturais, e económicos dessas nações, e as possibilidades de sua ação conjunta para a preservação da paz entre os dois mundos. Dessa forma ela não poderá deliberar senão sobre princípios abstratos ou generalidades inócuas [...] Nestes sentimentos encontram-se os móveis reais da Conferência de Bandung, promovido por cinco nações que se emanciparam a menos de um decênio e que se conduzem, cada vez mais, sob impulso de uma exaltação nacionalista que pode alterar bruscamente o curso da história contemporânea e criar, ao menos por via indireta, os maiores perigos para a segurança e a ordem social do ocidente [sic]. (ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY, 1955, p. 200 *apud* SOUZA, 2011).

Além do claro ceticismo sobre os propósitos da Conferência de Bandung, percebe-se que a visão do Trigueiro estava em conformidade com os princípios do luso-tropicalismo, uma vez que considera que as nações que “*se emanciparam a menos de um decênio*” são conduzidas apenas por um “*impulso de uma exaltação nacionalista*”, ou seja, sem a capacidade ou maturidade para criar um planejamento de Estado mais elaborado. Tal discurso fazia sentido com o luso-tropicalismo no momento em que fica implícito na fala de Trigueiro que as próprias nações da Ásia e África teriam um destino grandioso caso se mantivessem colônias de Portugal, tornando-se, futuramente, países modernos e industriais como o Brasil - o maior exemplo de que o passado colonial poderia garantir um futuro promissor. Nesse sentido, destaca-se um ponto chave do luso-tropicalismo: a visão não era contra a independência dos países coloniais, mas tal independência deveria vir em um momento oportuno (VEÇOSO, 2015), em que as nações já possuíssem maturidade para tal.

Ainda, no mesmo discurso, pode-se visualizar também o sentimento brasileiro de pertencimento ao hemisfério oeste do globo, uma vez que a Conferência de Bandung também representava maiores perigos para a segurança e ordem social do ocidente, ou seja, aos próprios valores ocidentais cristãos que o Brasil também compartilhava (SOUZA, 2011). Nesse contexto, é verdade que, apesar das influências africanas e até mesmo asiáticas do Brasil, adquiridas pelos movimentos migratórios, forçados ou não, a nação brasileira não pertencia geograficamente nem possuía o sentimento de pertencimento geopolítico ao mundo afro-asiático. Exemplo claro disso era o próprio momento que o Brasil vivia no período de ascensão do movimento terceiro-mundista, quando chegou ao poder,

meses mais tarde, Juscelino Kubitschek, que a partir do lançamento da Operação Pan-Americana (OPA) levaria o país à uma maior aproximação com os Estados Unidos (CERVO; BUENO, 2002).

Porém, nota-se que, apesar de predominante, as palavras de ceticismo em referência à Conferência de Bandung não eram as únicas presente nas bocas – e nos jornais – brasileiros. O Jornal Correio da Manhã, por exemplo, revela um olhar mais sensível (VEÇOSO, 2015) para a questão, relatando por exemplo, que o “O êxito da Conferência Afro-Asiática nos toca de muito perto. Nós, da periferia política do mundo estimamos que a iniciativa asiática proceda” (PEDROSA, 1955, e *“Na luta pela melhoria de viver de nossos povos, topamos também com os mesmos obstáculos internacionais [...] Eis porque nossa maneira de ver os negócios do mundo não difere muito da dos povos da Birmânia, Indonésia ou Índia”*) (PEDROSA, 1955). Desse modo, se, por um lado, havia o sentimento de pertencimento ao hemisfério ocidental, por outro, visualizava-se que o desenrolar da Conferência de Bandung era um assunto de relevância para o Brasil.

Para Hage (2014), o Itamaraty no período da Conferência de Bandung se encontrava despreparado para enfrentar o evento, uma vez que ainda era caudatário de Portugal na política Africana. Ainda, o autor revela que não havia espaço na chancelaria para compreender os assuntos afro-asiáticos, embora o Itamaraty tenha procurado constituir grupos de acompanhamento ao Terceiro Mundo, como ocorreu na Conferência de Bandung em 1955. Tal dificuldade em se constituir grupos para o estudo das relações com o Terceiro Mundo muito se deu à habilidade da diplomacia portuguesa somada ao lobby português presente no Rio de Janeiro, que, juntos, exerciam forte influência sobre os políticos e intelectuais brasileiros (MAPA, 2016). O ponto alto deste processo ocorreu durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 61), período justamente compreendido entre a Conferência de Bandung e o surgimento da PEI enquanto Política Externa consolidada. Para Amado (1996), o poderoso lobby português retardaria a evolução da diplomacia brasileira em favor da libertação das colônias portuguesas, travando a emergência da universalização e do neutralismo tático dentro do Itamaraty, aspectos que consistiram em fundamentos básicos da PEI.

Percebe-se, dessa forma, a ambivalência que caracterizava o pensamento brasileiro acerca do mundo afro-asiático e da questão a respeito das descolonizações, uma das principais bandeiras dos movimentos de Bandung e do Movimento dos Não-Alinhados. Assim, tal ambivalência se faria sentir no engajamento brasileiro à própria Conferência de Bandung (VEÇOSO, 2015).

É nesse contexto de dubiedade e contrariedade de visões no MRE que serão analisadas as atuações do corpo diplomático brasileiro que esteve presente em Bandung. Neste sentido, o embaixador brasileiro em Jacarta, Oswaldo Trigueiro, esteve presente durante a sessão inaugural e as realizadas entre 18 e 19 de abril, enquanto Adolpho Justo Bezerra de Menezes, secretário na embaixada brasileira em Jacarta, foi o enviado-observador brasileiro em Bandung (SOUZA, 2011). Bezerra, inclusive, escreveu no ano seguinte um livro intitulado “O Brasil e o mundo Ásio-Africano” (1956), rara obra acerca do pensamento terceiro-mundista brasileiro na época, na qual relatou algumas experiências a respeito da Conferência. Tal obra, apesar de ainda possuir traços de luso-tropicalismo, revelou uma nova percepção acerca do papel do Brasil no processo de descolonização, a qual especula-se, nesse trabalho, ser uma ideia precursora que influenciaria a construção da Política Externa Independente.

Na obra supracitada, Menezes (1956) não esconde o entusiasmo pelas possibilidades de o Brasil exercer um papel de liderança no sistema internacional a partir da associação política das nações asiáticas e africanas que estavam surgindo. Porém, para Bezerra, era necessário que o Brasil passasse por um rompimento com sua política externa até então vigente, a qual, para o autor, era “conformista” e “eternamente apagada”. Para ele:

O que é necessário, desde já, é uma resposta das classes dirigentes da elite brasileira à pergunta: O Brasil será, em um século, a potência mundial ou uma das potências mundiais? A resposta deve ser dada com inteira isenção de ânimo, fria, logicamente, sem vagares patrioteiros. Se, como tudo aponta, em virtude de seus recursos econômicos, tamanho, solução adequada de problemas raciais e sociais a resposta for positiva, o Brasil deve começar imediatamente a traçar e a por em execução uma política internacional de escopo mundial (MENEZES, 1956).

Se tal visão constituía uma quebra do pensamento tradicional em política externa brasileira, no sentido de que o país extrapolaria suas relações para com o Terceiro Mundo, nota-se, entretanto, que Bezerra de Menezes ainda se utilizou do luso-tropicalismo, apenas mudando o ator principal. Daquele momento em diante, seria o Brasil que deveria herdar as colônias portuguesas na missão civilizatória dos povos mais subdesenvolvidos.

Percebe-se, deste modo, que haviam duas visões acerca da Conferência de Bandung e das relações com o Terceiro Mundo em geral: a primeira, representada pelo *Jornal do Brasil* e por Oswaldo Trigueiro, os quais adotaram uma posição de ceticismo em relação à Conferência Ásio-Africana, em consonância com a Política Externa Brasileira tradicional e conservadora existente à época; por outro lado, percebe-se uma outra visão, notada sobretudo pelo *Jornal Correio da Manhã* e por Bezerra de Menezes, nosso observador à Conferência, cujas percepções extrapolam a simpatia pelo encontro internacional e advogam uma importância do evento para as futuras relações do Brasil com o dito Terceiro Mundo.

A própria contradição das percepções citadas se visualiza no momento em que o presidente brasileiro Café Filho enviou Bezerra de Menezes como observador à Bandung ao mesmo tempo em que fazia viagem a Portugal, país que ainda possuía colônias no continente africano. Assim, enquanto o Chefe de Estado brasileiro anunciava que “Nós estamos com Portugal em qualquer parte do mundo” (PINHEIRO, 1989, p. 101), Bezerra refletia que o Brasil possuía a possibilidade de se tornar uma das grandes potências mundiais caso alterasse sua política externa vigente.

Sob esses aspectos, é necessário frisar que, em seu livro “O Brasil e o mundo Ásio-Africano”, Bezerra (1956) reforça constantemente que suas opiniões ali presentes não representavam a visão oficial do governo brasileiro. Nesse sentido, este artigo passa a trabalhar com a ideia de que os pensamentos escritos por Bezerra no livro supracitado constituem o início de um movimento de emergência de um grupo dissidente nacional, que passaria a defender a promoção de uma política externa mais favorável à aproximação com o Terceiro Mundo. Assim, Adolpho Justo Bezerra

de Menezes, em conjunto com outras lideranças políticas e intelectuais como Oswaldo Aranha, Álvaro Lins, Gilberto Amado, José Honório Rodrigues, Tristão de Athayde e Eduardo Portella (FERREIRA, 2012), apesar de não terem constituído um lobby organizado nem construírem uma política africana para o Brasil, se tornaram vozes difusas que reverberaram nos processos decisórios e na opinião pública. Essa diplomacia, ainda que incipiente, começaria a acumular conhecimento sobre o Terceiro Mundo, o qual seria fundamental para a construção da Política Externa Independente anos mais tarde.

4 Conclusão

Ao verificarmos os mais importantes princípios da PEI, notamos diversas semelhanças com as demandas terceiro-mundistas. O apoio ao desarmamento, ao princípio de autodeterminação e de não intervenção, ao desenvolvimento soberano dos povos, a oposição a todas as formas de colonialismo são ideias presentes no ideário terceiro-mundista e na Política Externa inaugurada por Jânio Quadros. Entretanto, como demonstrado, tais pressupostos demoraram a ser incorporados à política externa, por conta, principalmente, da pressão do lobby português e a consequente posição conservadora de certo setor da sociedade e da diplomacia.

Devido à escassa bibliografia sobre a questão, é difícil mensurar a influência da Conferência de Bandung sobre a diplomacia brasileira e, posteriormente, sua repercussão na PEI. A inexistência de sua menção nos relatórios oficiais do Ministério das Relações Exteriores e os poucos trabalhos produzidos sobre o tema dificultam uma análise mais objetiva. Entretanto, é notável o debate que a posição terceiro-mundista produziu na intelectualidade brasileira, seja no corpo diplomático, com Bezerra de Menezes, como nos jornais do período. De desconfiança e ceticismo, gradativamente, a Conferência de Bandung e suas propostas passaram a ser percebidas de maneira mais positiva pela diplomacia brasileira, a partir de figuras que anteciparam a necessidade de uma mudança da PEB em relação à África e à Ásia. Essas vozes pioneiras entraram em conflito com o tradicional lobby português, cujas percepções idealistas de uma dominação colonial benigna e paternalista,

afirmada à época no conceito do luso-tropicalismo, chocavam-se com a vontade de descolonização e de autodeterminação dos povos afro-asiáticos. As relações especiais que o Estado brasileiro cultivava com Portugal e a força dessas ideias retardaram as transformações na PEB. De fato, fizeram com que a Conferência de Bandung passasse oficialmente quase despercebida e mantiveram o Brasil preso por mais alguns anos aos limites do pan-americanismo e da procura por relações especiais com os EUA. Sob o governo de Café Filho, a posição de apoio à Portugal na dominação sobre as colônias se manteve inabalável e, mesmo durante o período de Juscelino Kubitschek, apesar da tentativa de multilateralização da política externa, as propostas neutralistas que viriam a ser defendidas posteriormente por Afonso Arinos e San Tiago Dantas, e o universalismo das relações internacionais brasileiras durante a vigência da PEI, ainda não se encontravam presentes.

O Brasil até fins dos anos 60 manteve-se nos limites da sua política externa pan-americanista. O fracasso da Operação Pan-Americana, de Juscelino Kubitschek, selou o fim da ilusão brasileira por um vínculo especial com os EUA. O Brasil, que buscava um desenvolvimento acelerado, precisava universalizar suas relações econômicas, comerciais e diplomáticas de modo a garantir mais mercados para seus produtos, mais fontes de matérias-primas e de financiamento. Sob esses condicionamentos domésticos, a diplomacia brasileira começava a repensar a PEB nos fins dos anos 1950, quando da Conferência de Bandung. Tal conferência finalmente dava alguma organização aos países que se viam excluídos do grande conflito geopolítico da época entre EUA e URSS e buscava articular um novo discurso das nações baseado no conflito Norte-Sul, contrastando países ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos. O conflito Leste-Oeste, que então parecia manter-se congelado, não garantia aos países do chamado Terceiro Mundo alguma perspectiva para a superação de suas mazelas econômicas e sociais. Nesse sentido, a Conferência de Bandung impactou parte da diplomacia brasileira justamente por conta das semelhanças entre os problemas enfrentados pelo Brasil e pelo Terceiro Mundo, da mesma forma em que percebeu-se os possíveis ganhos que o Brasil poderia obter aproximando-se desses países ou, quiçá, liderando o bloco, mesmo com um discurso imbuído de luso-tropicalismo, como revelado nos escritos de Bezerra de Menezes. É verdade que mesmo durante o período da PEI as relações

entre o Brasil e os países terceiro-mundistas mostraram-se limitadas, contudo haveria uma grande convergência entre os países quanto às propostas no campo da Política Externa e da economia.

Portanto, pode-se concluir neste trabalho que, a partir do impacto que a Conferência de Bandung causou na diplomacia brasileira e no debate nacional, como demonstrou-se por meio de jornais e de discursos intelectuais brasileiros à época, houve uma maior compreensão da necessidade de reformulação da PEB, tanto para a garantia dos interesses nacionais relativos ao desenvolvimento econômico quanto para a solução da questão da inserção brasileira no cenário mundial. As vozes pioneiras que declararam simpatia ao terceiro-mundismo, consolidadas neste artigo na figura de Adolpho Justo Bezerra de Menezes, chocaram-se com o luso-tropicalismo, demorando a ganhar hegemonia no discurso nacional. Entretanto, anos mais tarde, a PEI conferiria maior destaque e voz aos primeiros, aproximando, dessa forma, o Brasil do Terceiro Mundo.

Bibliografia

AMADO, Rodrigo. A política externa de João Goulart. In: ALBUQUERQUE, José (Org.). *Crescimento, Modernização e Política Externa*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996 p. 400-420;

AMORIM NETO, Octavio. *De Dutra a Lula: A condução e os determinantes da política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011;

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Livro – 22/02/13. Jacarta – Ofícios recebidos – Janeiro/Junho de 1955. Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. Raul Fernandes. Embaixador: Oswaldo Trigueiro. p. 200 *apud* SOUZA, Arlindo José Reis de. *O orientalismo no (Luso)Trópico Americano: perspectivas brasileiras sobre a Conferência de Bandung*. 2011. 234 f. Dissertação (Pós-Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói;

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002;

CURADO, Pedro Rocha Fleury. *A Guerra Fria e a “cooperação ao desenvolvimento” com os países não-alinhados: um estudo de caso sobre o Egito nasserista (1955-1967)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2014;

DREHER, Lídia Pereira. *O Modelo de Diplomacia Asiático e Sua Influência na Estratégia dos Brics Para um Sistema Internacional Multipolar*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015;

DAVILA, Jerry. Entre dois mundos: Gilberto Freyre, a ONU e o apartheid sul-africano. In: ALMEIDA, Marcos. *História Social*, n. 19. Campinas: IFCH, 2010, p. 135 – 147;

FERREIRA, Wallace. A África na Política Externa Brasileira: Análise de distanciamentos e aproximações entre as décadas de 1950 e 1980. *Revista Acadêmica de Relações Internacionais*, Florianópolis, 2012, n. 4, vol. 2, p. 125-152;

FIGUEIRA, Ariane Roder. *Introdução à análise de Política Externa*. São Paulo: Saraiva, 2011;

GONÇALVES, Williams. As Relações Luso-Brasileiras nos Anos 1950. In: AMORIM, Paulo; SANTOS, Paula; SOUSA, Fernando (Orgs.). *As Relações Portugal-Brasil no Século XX*. Porto: Fronteira do Caos, 1ª ed, 2010, p. 99-120;

GUIMARÃES, Samuel. Afonso Arinos de Melo Franco, Atualidade e Paradoxo. In: PIMENTEL, Vicente (Org). *Pensamento Diplomático Brasileiro*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013, p. 941-982;

HAGE, José Alexandre Alahyde. A diplomacia brasileira e questão africana (resenha). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n. 84, 2014, p. 191-195;

JORDAN, Frank. Reúne-se na Indonésia a Conferência Afro-Asiática. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXV, n. 82, p. 7, 12 de abril de 1955. Disponível em arquivo eletrônico no sítio da Hemeroteca Digital Brasileira em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_07&pesq=bandung>, Acesso em: 22 nov 2017;

LAMARÃO, Sérgio. *O Movimento do 11 de Novembro e a posse de JK*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Movimento11Novembro>>, Acesso em: 3 mai. 2019;

LEME, Rafael Souza Campos de Moraes. *Absurdos e milagres: um estudo sobre a política externa do Lusotropicalismo (1930-1960)*. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Diplomacia) - Instituto Rio Branco, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010;

MAPA, Dhiego de Moura. O Significado das Relações Sul-Sul para a diplomacia brasileira: a obra de Adolpho Justo Bezerra de Menezes e o pensamento brasileiro sobre o Sul Global. *Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional*. Brasília: Universidade de Brasília, vol. 4, n. 05, agosto 2016;

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1956, 2ª. ed;

PEDROSA, Mário. Vozes da Ásia, vozes d'África. A Conferência de Bandung. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LIV, n. 19.034, p. 2, 16 abril de 1955. Disponível em arquivo eletrônico no sítio da Hemeroteca Digital Brasileira em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=Bandung>, Acesso em: 22 nov. 2017

PEREIRA, Analucia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. O Prelúdio da Cooperação Sul-Sul: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA. Estado e Democracia Em Mudança No Século XXI, 1, 2015. *Anais*, Porto Alegre, UFRGS. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/>

uploads/2015/09/PEREIRA-MEDEIROS-2015-O-Prel%C3%BAdio-Da-Coopera%C3%A7%C3%A3o-Sul-Sul.pdf>, Acesso em: 22 nov. 2017;

PINHEIRO, Letícia. Brasil, Portugal e descolonização africana (1946-60). *Contexto Internacional*, Brasília, vol. 9, ano 5, p. 91-111, 1989;

SOUZA, Arlindo José Reis de. *O orientalismo no (Luso)Trópico Americano: perspectivas brasileiras sobre a Conferência de Bandung*. 2011. 234 f. Dissertação (Pós-Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói;

VEÇOSO, Fabia Fernandes Carvalho. Bandung e o Direito Internacional: mapeando ausências. In: *ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (ABRI)*, 5, 2015. Anais, Belo Horizonte.

From Bandung's Skepticism to PEI's Cooperation - Brazil's First Relations With the Third World

Abstract: The Bandung Conference was the forerunner in coordinating the efforts of the least developed countries to build a joint agenda for economic growth and political-cultural cooperation. In this research, an analysis of the perception of Brazilian diplomacy in front of the Bandung Conference in 1955 will be carried out. It is proposed here that the impact of the Third Worldism, which took place after the Asian-African Conference, contributed to a change of strategic perception of Brazilian diplomacy, which until that time had Americanist traits in the post-World War II context. In this way, this paper intends to re-evaluate the importance of the Asian-African Conference regarding its influence on the positioning of the Brazilian foreign policy.

Key-Words: Bandung, Brazilian Foreign Policy, Third World, Luso-Tropicalism